



# Balanço Social

2018

Divisão de Recursos Humanos e Formação

# ÍNDICE

.....	3
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>1. ORGANOGRAMA DA AR</b> .....	4
<b>2. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS</b> .....	5
2.1 – Evolução dos efetivos.....	5
2.2 – Relação jurídica de trabalho .....	8
2.3 – Pessoal dirigente .....	11
2.4. – Colocação por serviço .....	13
2.5. – Género .....	16
2.6. – Idade .....	18
2.7. – Escolaridade.....	22
2.8. – Antiguidade .....	24
2.9. – Movimentos de pessoal.....	26
2.9.1 – Ingresso .....	26
2.9.2 – Saídas.....	27
2.9.3 – Mobilidade interna.....	29
2.10. – Evoluções na carreira e na categoria.....	30
2.10.1 – Valorizações remuneratórias.....	30
2.10.2 – Outras situações .....	30
2.11. – Absentismo.....	31
<b>3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	34
<b>4. – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO</b> .....	36
4.1. – Acidentes de Trabalho.....	36
4.2. – Doenças Profissionais .....	38
4.3. – Gabinete Médico e de Enfermagem .....	38
<b>5. – ENCARGOS FINANCEIROS</b> .....	40

<b>6. – PROTEÇÃO SOCIAL</b> .....	43
<b>7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA</b> .....	46
7.1 – Relações profissionais.....	46
7.2 – Disciplina.....	47
<b>8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES</b> .....	48
<b>9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES EXTERNAS QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR</b> .....	51
<b>10. – NOTAS FINAIS</b> .....	52
Síntese .....	52
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	55
ÍNDICE DE QUADROS.....	56
ABREVIATURAS.....	58

## INTRODUÇÃO

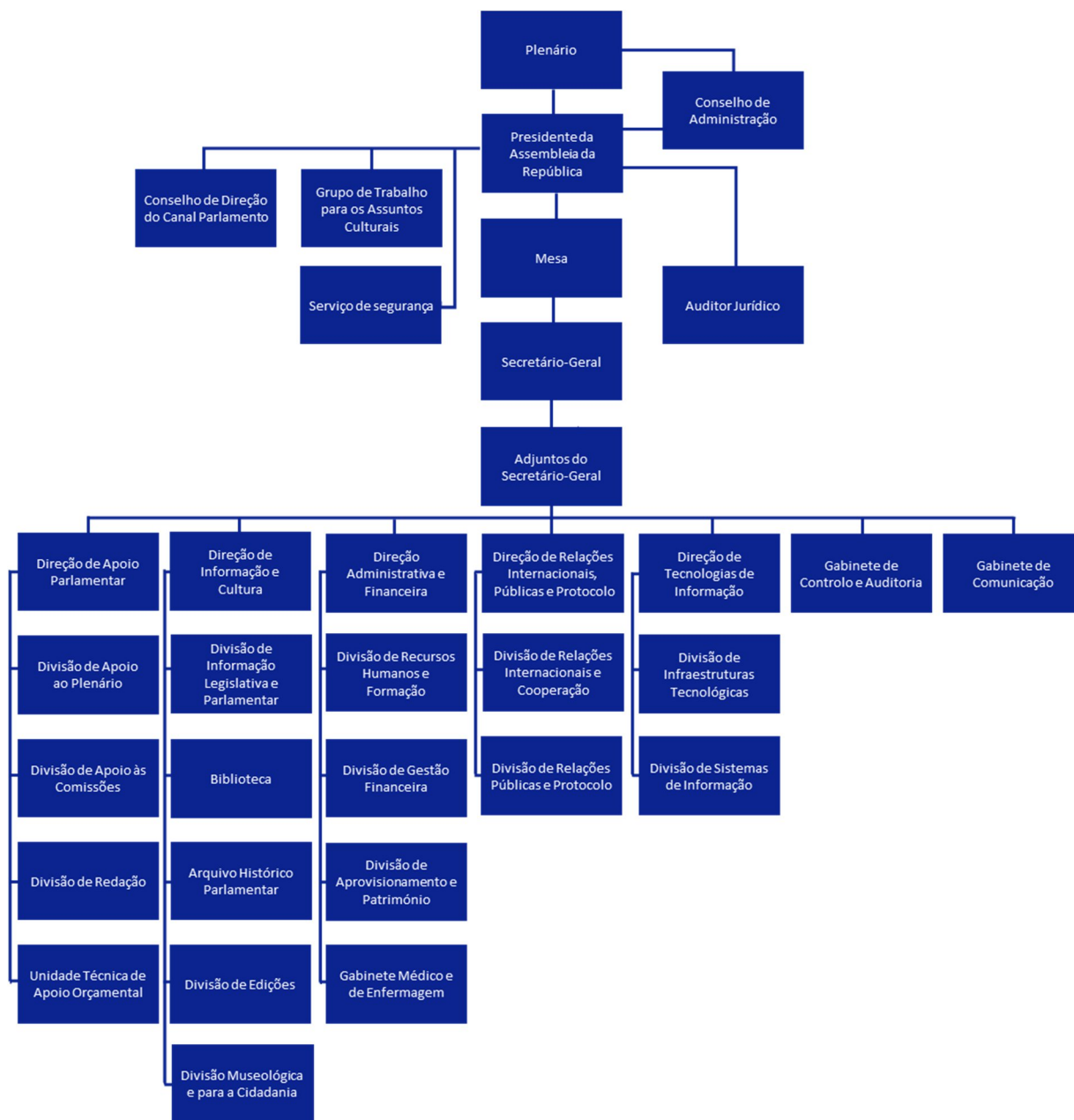
O Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2018 e pretende apresentar os principais indicadores que colaboram para caracterizar os recursos humanos e traçar um quadro organizacional abrangente dos Serviços da Assembleia da República (SAR).

A análise dos referidos indicadores visa contribuir para a eficaz gestão de recursos humanos, bem como para demonstrar o desempenho social e as atividades desenvolvidas, em 2018, comparando este período com o ano anterior e com períodos de tempo mais alargados.

A 4 de maio de 2018 entrou em vigor a Resolução da Assembleia da República n.º 74/2018, de 20 de março, que promove a sexta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos Serviços da Assembleia da República (SAR). Esta Resolução alterou a estrutura orgânica e muitas das competências dos serviços, obrigando a uma nova estrutura e uma nova apresentação do Balanço Social, já que alguns dados deixaram de ter termos comparativos por inexistência de histórico.

As entidades que funcionam junto da Assembleia da República (AR) não estão incluídas na caracterização efetuada ao longo do Balanço Social, sendo apenas referidas ao nível da sua composição no último capítulo.

# 1. ORGANOGRAMA DA AR



ORGANOGRAMA

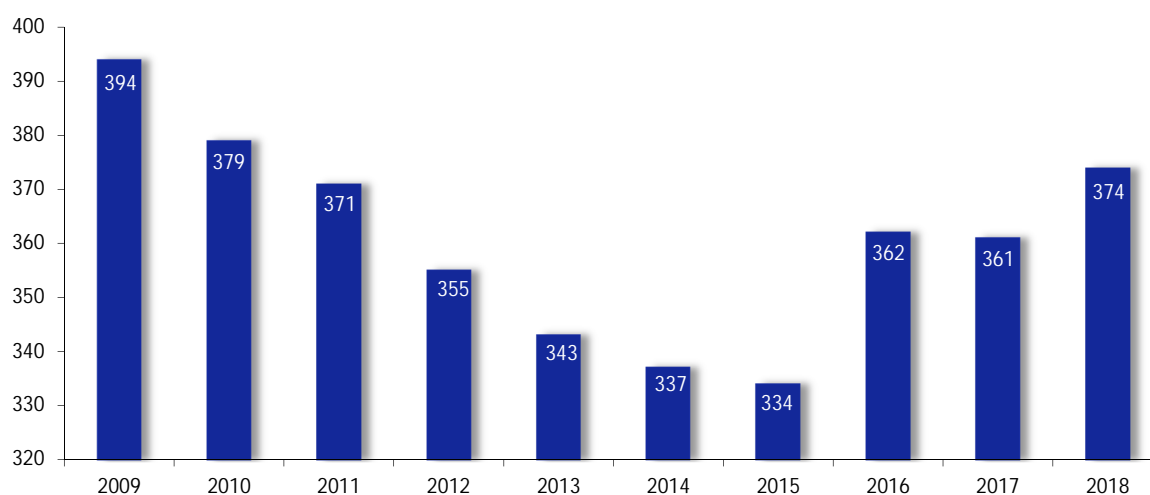
## 2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2018, o mapa de pessoal da Assembleia da República (AR) contabilizava 374 efetivos no apoio aos órgãos e serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 25 trabalhadores em regime de cedência de interesse público. Para além de 5 trabalhadores em contratos de prestação de serviços, importa mencionar a existência de 7 trabalhadores colocados em entidades externas que funcionam junto da AR (adiante designadas como entidades administrativas independentes - EAI) e à qual compete assegurar o respetivo apoio logístico e administrativo.

### 2.1 – Evolução dos efetivos

Em 2018 registou-se um acréscimo de 13 funcionários face ao período homólogo. Comparativamente com 2015, ano em que se registou o menor número de efetivos na última década, este acréscimo representa uma subida de 12%. No entanto, o número de efetivos continua a ser inferior aos registados em 2009 e 2010, como se pode verificar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos



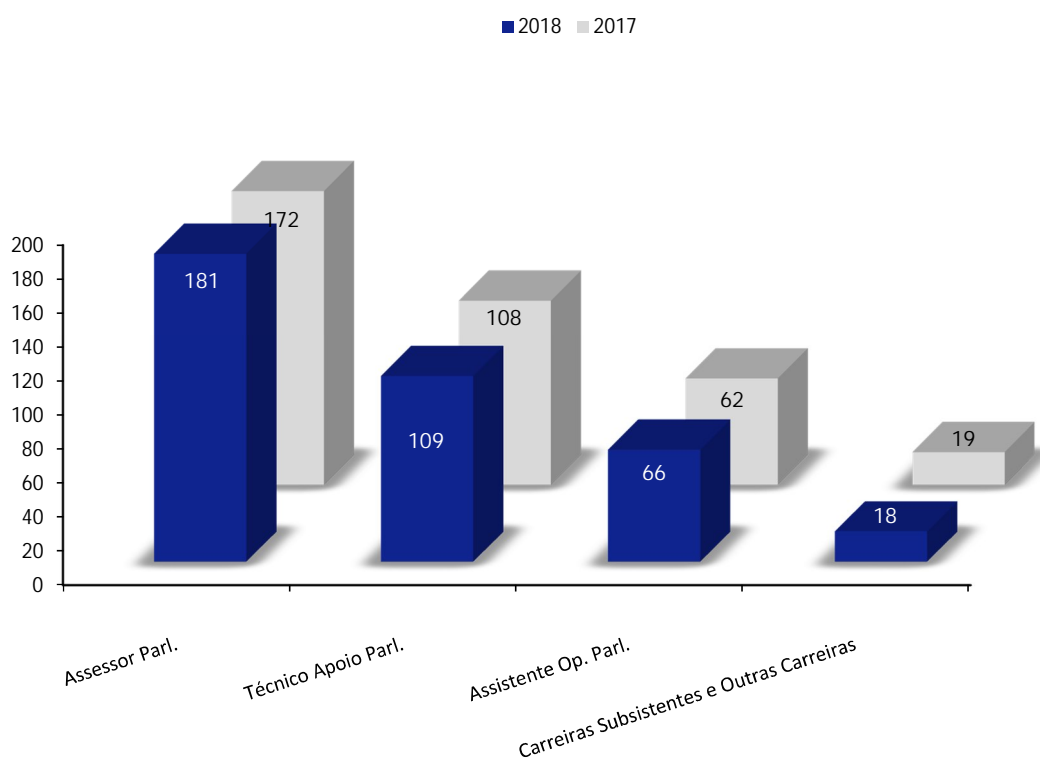
O quadro 1 apresenta-nos uma evolução dos efetivos tendencialmente negativa, evidenciando o decréscimo de funcionários ao longo da década. Os anos de 2016 e 2018, na sequência dos ingressos de novos assessores parlamentares, são os únicos que apresentam taxa de variação positiva, ainda que no cômputo seja insuficiente para atenuar os -17,7% verificados nos últimos 10 anos.

Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N.º de efetivos	394	379	371	355	343	337	334	362	361	374
Taxa de variação anual	-2%	-3.8%	-2.1%	-4.3%	-3.4%	-0.9%	-0.9%	+8.4%	-0.3%	+3,6%

De acordo com o artigo 20.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares (EFP), existem 3 carreiras no mapa de pessoal da Assembleia da República: assessor parlamentar, técnico de apoio parlamentar e assistente operacional parlamentar. O gráfico 2 ilustra o número de efetivos nestas carreiras, bem como nas carreiras subsistentes previstas no artigo 94.º do EFP e que se encontram agrupadas com a carreira de enfermagem, na qual se encontra 1 cedência de interesse público. Importa ainda salientar que a carreira de assessor parlamentar inclui os dirigentes em comissão de serviço uma vez que, assim que cessem respetiva comissão de serviço, regressam à sua carreira de origem.

Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por carreiras de acordo com o EFP (2017-2018)



No que concerne à evolução do número de efetivos, a carreira de assessor parlamentar é a que regista um maior aumento, explicado sobretudo pelo ingresso por via de procedimentos concursais. As restantes flutuações resultam de movimentos de ingresso e saída, tais como o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, cedências de interesse público, aposentações, cessações de contrato de trabalho parlamentar e cessações de contratos a termo resolutivo incerto.



## 2.2 – Relação jurídica de trabalho

O contrato de trabalho parlamentar, previsto nos n.º 1 e 2 do artigo 13.º do EFP, representa, tal como verificado em anos anteriores, a maior percentagem do tipo de relação jurídica de emprego constituída na AR, com 84,5% do total de efetivos.

Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por carreira

		Assessor Parlamentares	Técnico Apoio Parl.	Assistente Oper. Parl.	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Contrato trab. parlamentar	H	49	22	41	8	120
	M	95	72	20	9	196
	T	144	94	61	17	316
Dirigentes e outras situações em comissão de serviço	H	12		3		15
	M	16		2		18
	T	28 a)		5		33
Cedência de interesse público	H	5	3			8
	M	4	12		1	17
	T	9	15		1	25
Total de efetivos	H	66	25	44	8	143
	M	115	84	22	10	231
	T	181	109	66	18	374

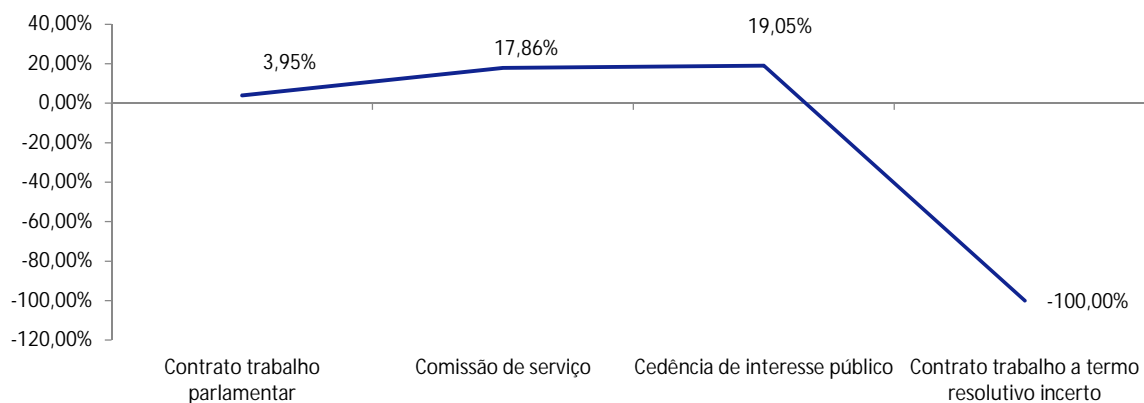
a) 3 provenientes de outros organismos.

Existem 33 funcionários parlamentares que exercem cargos dirigentes e funções de coordenação (onde se incluem os encarregados operacionais parlamentares), em comissão de serviço, o que representa 8,8% do total de funcionários. Refira-se a este propósito a existência de uma quase paridade entre géneros, com uma ligeira predominância das mulheres nas nomeações em comissões de serviços.

A cedência de interesse público, prevista no artigo 14.º do EFP, agrupa 25 trabalhadores e representa 6,7% do total de funcionários.

No âmbito das relações jurídicas de trabalho, destaca-se ainda o desaparecimento da relação jurídica do contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, uma vez que os 8 trabalhadores que detinham este vínculo foram integrados em contratos de trabalho parlamentar celebrados por tempo indeterminado, ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVP), conforme se demonstra no gráfico 3.

Gráfico 3 - Variação percentual de efetivos por relação jurídica de trabalho (2017 - 2018)



As restantes variações ocorrem sobretudo devido ao ingresso de novos funcionários com contrato de trabalho parlamentar por tempo indeterminado e pela ocorrência das comissões de serviço de dois novos encarregados operacionais parlamentares, bem como do administrador de segurança de informação da AR e da coordenadora de conteúdos integrados no Gabinete de Comunicação.

Verificou-se, ainda, um aumento de 4 cedências de interesse público, que cessarão no final da legislatura, ou com o ingresso de novos funcionários em resultado da conclusão dos procedimentos concursais que se encontram em curso.

No quadro 3 sistematiza-se o referido anteriormente, demonstrando que as alterações mais significativas nos últimos 3 anos ocorreram em 2018 com o desaparecimento da relação jurídica de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto nos serviços da AR. As restantes flutuações não têm expressão significativa.

Quadro 3 - Evolução dos efetivos por carreiras segundo a relação jurídica de trabalho - SAR

		assessor parlamentar			técnico apoio parlamentar			assistente operacional parlamentar			Carreiras Subsistentes e Outras carreiras			TOTAL		
ANOS		16	17	18	16	17	18	16	17	18	16	17	18	16	17	18
Total Efetivos	H	58	62	66	23	26	25	46	42	44	8	9	8	135	139	143
	M	107	110	115	80	82	84	28	20	22	12	9	10	227	222	231
	T	165	172	181	103	108	109	74	62	66	20	18	18	362	361	374
CTP	H	41	44	49	16	18	22	45	41	41	8	9	8	110	112	120
	M	84	91	95	72	74	72	26	18	20	11	8	9	193	192	196
	T	125	135	144	88	92	94	71	59	61	19	17	17	303	304	316
Com. Serviço	H	10	10	12			0	1	1	3			0	11	11	15
	M	15	15	16			0	2	2	2			0	17	17	18
	T	25	25	28			0	3	3	5			0	28	28	33
CTTRI	H	1	1	0	5	5	0			0			0	6	6	0
	M	2	2	0			0			0			0	2	2	0
	T	3	3	0	5	5	0			0			0	8	8	0
CIP	H	6	6	5	2	3	3			0			0	8	9	8
	M	6	3	4	8	8	12			0	1	1	1	15	12	17
	T	12	9	9	10	11	15			0	1	1	1	23	21	25

## 2.3 – Pessoal dirigente

No que diz respeito ao pessoal dirigente, cumpre registar a criação de um cargo de diretor e de duas posições de chefes de divisão, na sequência da reestruturação orgânica ocorrida em 2018.

Quadro 4 - Pessoal dirigente

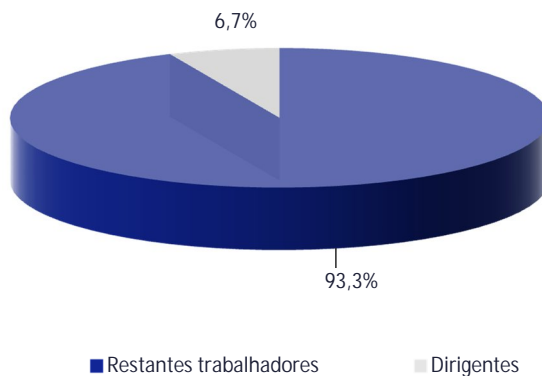
	Homens	Mulheres	Total
Secretário-Geral	1		1
Adjunto do Secretário-Geral	1	1	2
Diretor	3	4	7
Chefe de Divisão	5	10	15

Relativamente ao quadro 4, evidencia-se uma menor representação dos homens nos cargos dirigentes. Esta sub-representação é mais evidente ao nível das chefias de divisão, onde 2/3 são assumidas por mulheres.

O índice de enquadramento de dirigentes<sup>1</sup> registou-se em 6,7%, muito equivalente ao ano anterior. Cada dirigente chefia em média 19 funcionários.

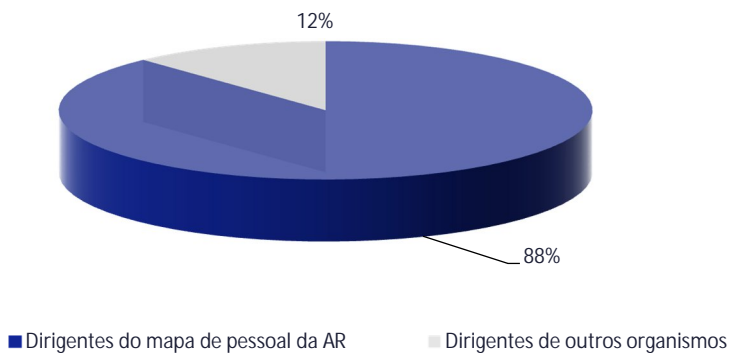
<sup>1</sup> Índice de enquadramento = n.º dirigentes x 100 / total de funcionários

Gráfico 4 - Percentagem de dirigentes por efetivos



Por último, refira-se que dos 25 dirigentes em efetividade de funções, a maioria é proveniente da carreira de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República, sendo apenas 3 oriundos de outros organismos.

Gráfico 5 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos



## 2.4. – Colocação por serviço

Através da Resolução da Assembleia da República n.º 74/2018, de 20 de março, algumas divisões foram extintas ou fundidas com serviços já existentes, passando as suas competências a estar integradas em outras unidades orgânicas, como é o caso do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar (CFPI), do Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas (CIC-RP), do Museu e da Equipa Parlamento dos Jovens (EPJ). No primeiro caso, os funcionários passaram a integrar a Divisão de Recursos Humanos e Formação. Quanto aos funcionários do CIC-RP foram integrados nas Divisões Museológica e para a Cidadania e de Relações Públicas e Protocolo e no Gabinete de Comunicação, criado pela Resolução. Os funcionários do Museu foram integrados na Divisão Museológica e para a Cidadania e a Equipa Parlamento dos Jovens passou a integrar o Gabinete de Comunicação, tal como o Canal Parlamento que estava na dependência da Divisão de Redação e Apoio Audiovisual (atualmente Divisão de Redação). As unidades orgânicas que absorveram novas competências alteraram a sua designação em conformidade. Foram ainda criadas duas novas divisões: a Divisão de Infraestruturas Tecnológicas (DIT) e a Divisão de Sistemas de Informação (DSI) na Direção de Tecnologias de Informação.

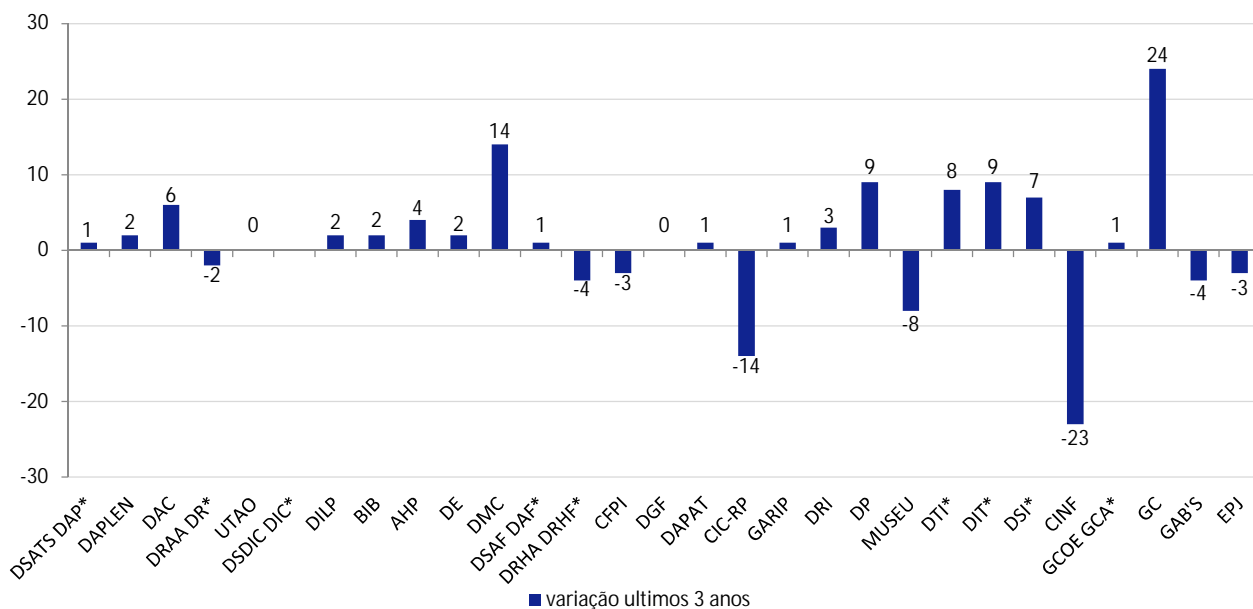
Na sequência desta reestruturação dos serviços, houve diversas movimentações de pessoal que se encontram espelhadas no quadro 5 e gráfico 6.

Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR

		2016	2017	2018
DSATS	DAP*	2	3	3
	DAPLEN	18	19	19
DRAA	DAC	48	48	48
	DR*	32	32	26
	UTAO	7	9	7
DSDIC	DIC*	2	2	2
	DILP	16	16	17
	BIB	13	13	15
	AHP	11	9	14
CIC-RP	DE	12	12	14
	DMC*	15	14	14
MUSEU		8	8	
DSAF	DAF*	2	2	3
DRHA	DRHF*	43	42	39
	CFPI	3	4	
GARIP	DGF	18	17	17
	DAPAT	30	31	28
	DRIPP *	2	2	4
DRI	DRIC *	13	13	15
DP	DRPP *	10	10	17
	DTI*			8
CINF	DIT*	27	27	9
	DSI*			7
GCOE	GCA*	5	4	5
	GC*			24
EPJ		5	4	
	GAB'S	20	20	19

\* Designação alterada ou criada por força da RAR n.º 74/2018, de 20 de março

Gráfico 6 - Variação de efetivos por serviço - saldo do triénio



\* Designação criada ou alterada por força da RAR n.º 74/2018, de 20 de março

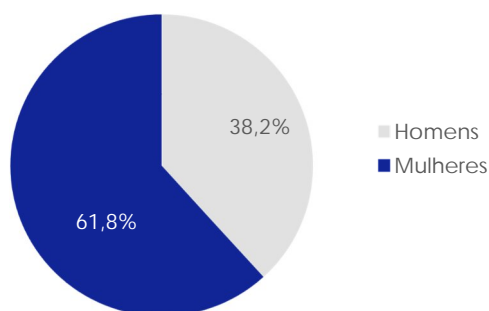


## 2.5. – Género

Quadro 6 - Relação homens / mulheres

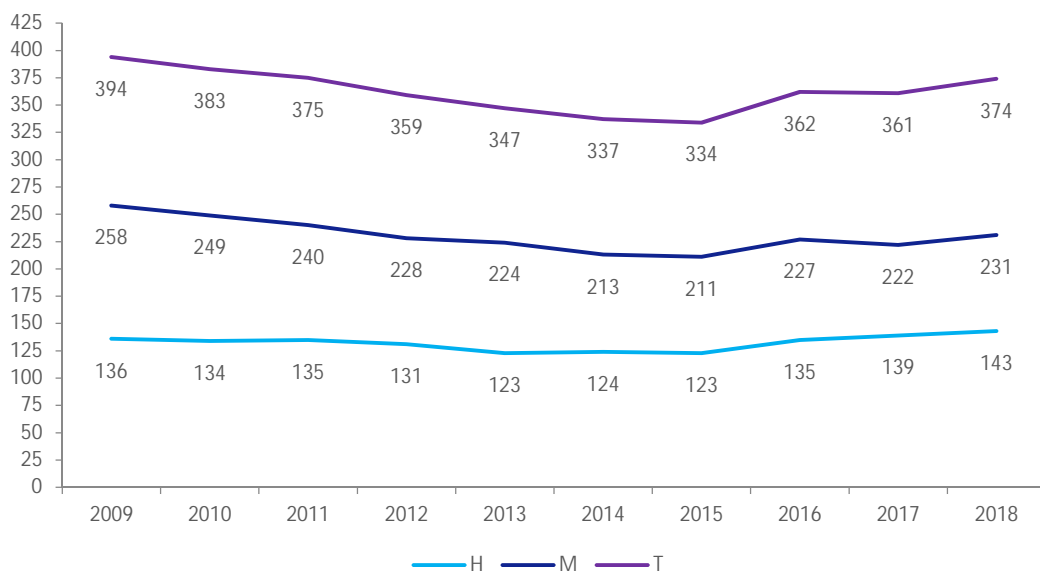
Homens	143
Mulheres	231

Gráfico 7 - Percentagem da relação homens / mulheres



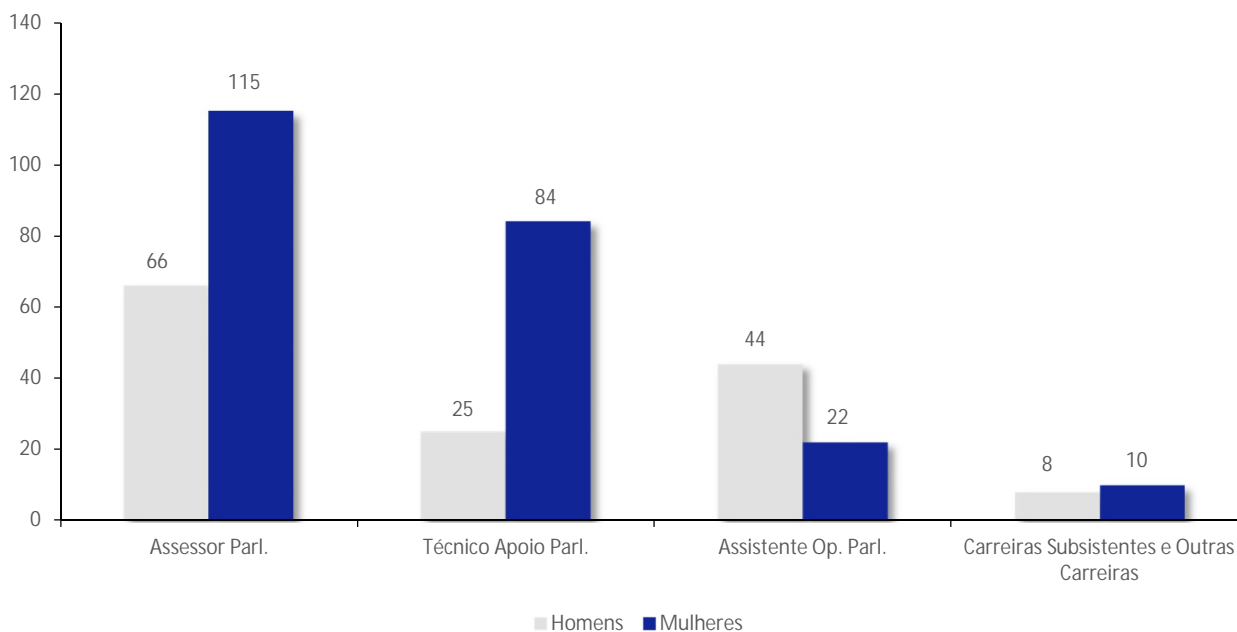
Em 2018 o número de efetivos de ambos os géneros subiu mas registou-se uma subida de 0,3% da representatividade feminina.

Gráfico 8 - Evolução do total de efetivos por género



Ao longo da década verifica-se um ligeiro encurtamento do intervalo que separa o género feminino do masculino.

Gráfico 9 - Distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais



Analisando a distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais, podemos perceber que a maior diferença entre efetivos do sexo masculino e feminino encontra-se na carreira de técnico de apoio parlamentar, uma vez que o número de mulheres é três vezes superior ao número de homens. De igual modo, regista-se uma acentuada diferença na carreira de assessor parlamentar, com um número de mulheres superior ao de homens. Por sua vez, na carreira de assistente operacional parlamentar, inverte-se o cenário, dado que o número de homens é duas vezes superior ao número de mulheres. No âmbito das carreiras subsistentes e outras carreiras, a diferença é marginal.

## 2.6. – Idade

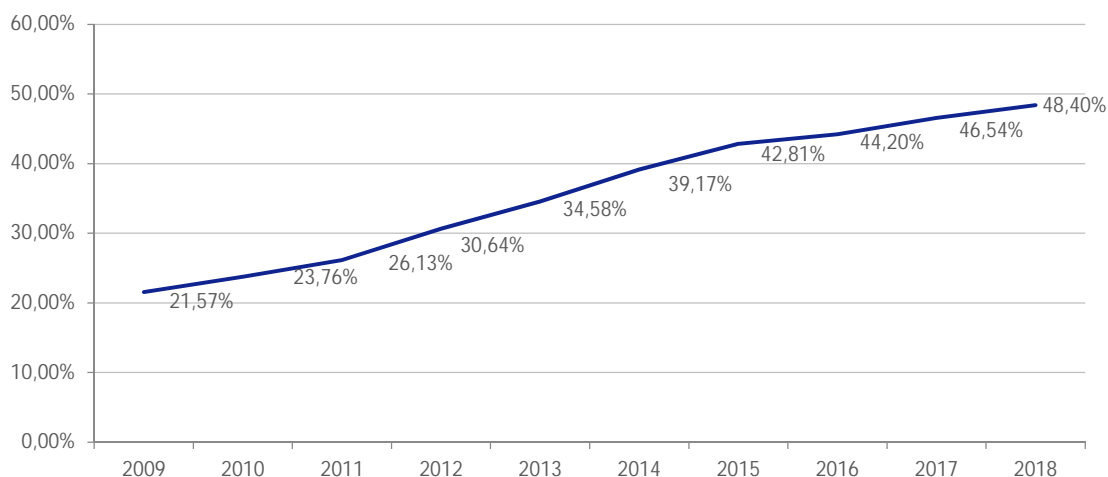
Tal como verificado no ano anterior, o escalão etário que continua a agrupar o maior número de funcionários é o dos 55-59 anos, com 23% do total de efetivos. Nos homens esta aglutinação é de apenas 19% enquanto nas mulheres é de 26%. Se agregarmos o referido escalão com o escalão 60-64 anos, conclui-se que 41,71% da totalidade de funcionários parlamentares tem entre 55 e 64 anos.

Quadro 7 - Efetivos por escalão etário segundo o género

	Homens	Mulheres	Total
25 – 29	2	5	7
30 – 34	6	4	10
35 – 39	12	10	22
40 – 44	22	27	49
45 – 49	23	23	46
50 – 54	20	39	59
55 – 59	27	60	87
60 – 64	26	53	79
65 – 69	5	10	15
Total	143	231	374

O leque etário, em 2018, corresponde a 2,55, isto é, o trabalhador com idade mais elevada tem 2,55 vezes a idade do trabalhador mais jovem. A amplitude é de 42 anos.

Gráfico 10 - Índice de envelhecimento



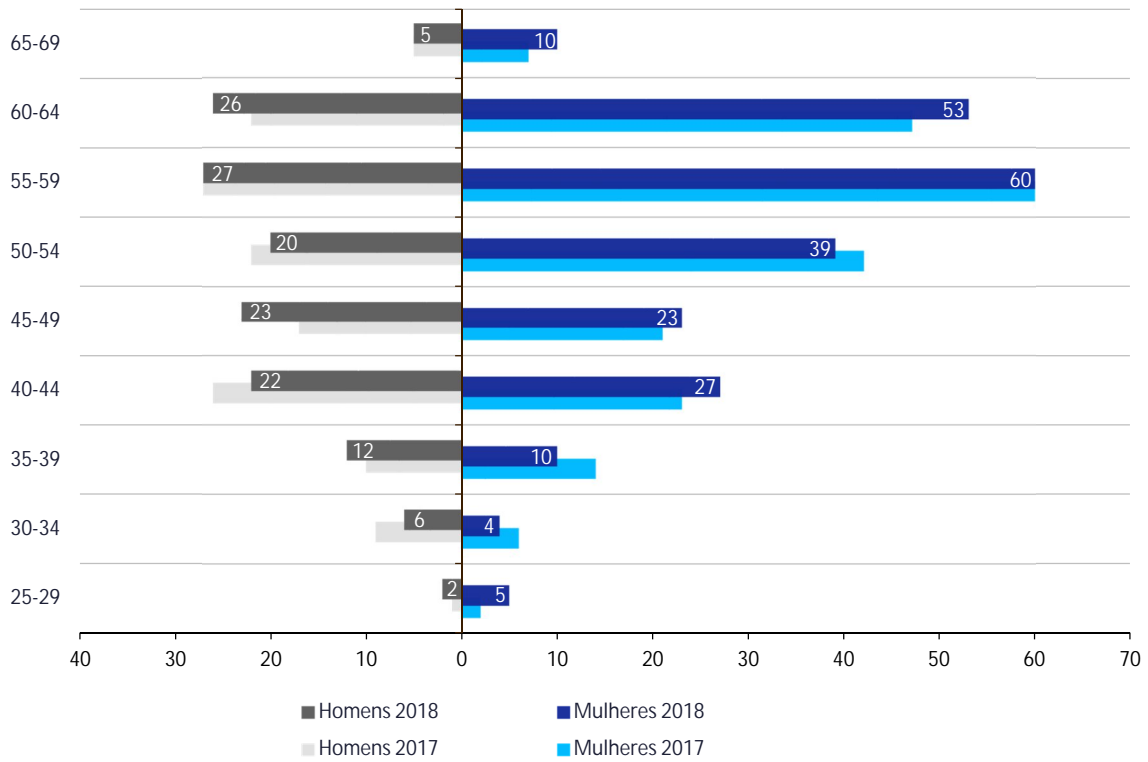
O índice de envelhecimento continua a aumentar registando-se, em 2018, uma taxa de 48,4%, significando que quase metade dos trabalhadores do mapa de pessoal dos SAR têm mais de 55 anos. Os ingressos na carreira parlamentar que se têm verificado nos últimos anos não têm sido suficientes para conseguir inverter esta tendência. No entanto, têm colaborado para que, desde 2015, o aumento do índice de envelhecimento não tenha ultrapassado os 2%/ano.

Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo carreiras profissionais

	Assessor Parl.	Téc. Apoio Parl.	Assist. Operac. Parl.	Carreiras Subsistentes e Outras
25-29	6	1		
30-34	10			
35-39	17	2	3	
40-44	33	5	10	1
45-49	24	20	2	
50-54	29	15	14	1
55-59	30	34	22	1
60-64	24	29	11	15
65-69	8	3	4	
Média	48.0	54	51.9	59.4

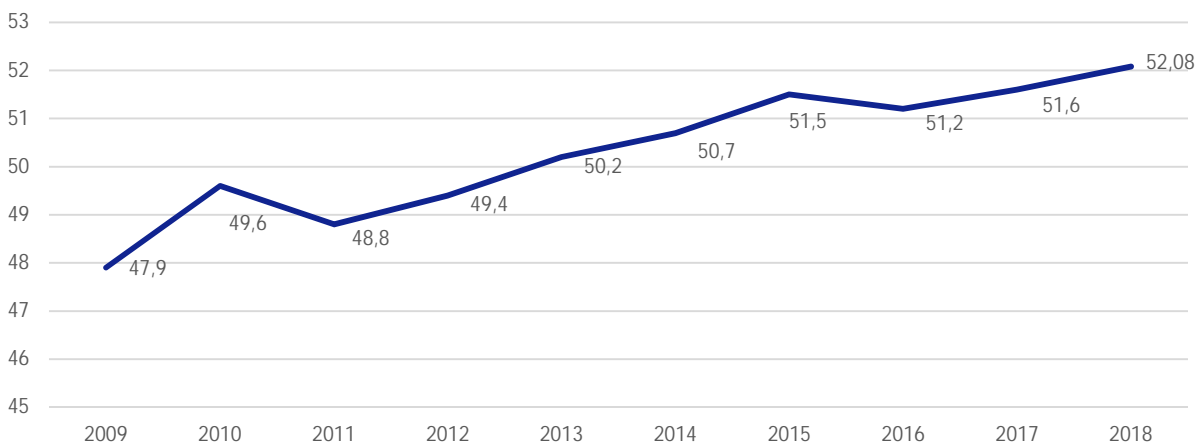
O grupo constituído pelas carreiras subsistentes e outras carreiras é o que detém a idade média mais elevada, o que é expectável considerando que não é previsível qualquer renovação neste grupo. No polo inverso está a carreira de assessor parlamentar onde se têm verificado ingressos mais recentemente.

Gráfico 11 - Pirâmide etária



A pirâmide etária, com ligeira forma sinoidal, tem uma base estreita, que corresponde aos escalões etários mais baixos, alargando-se nos escalões mais elevados. Os últimos 2 escalões apresentam um aumento do número de efetivos, quer masculinos quer femininos, por comparação do ano anterior.

Gráfico 12 - Evolução da idade média



A idade média voltou a subir, situando-se nos 52,08 anos de idade, correspondendo a uma subida de cerca de 0,5 anos face ao período homólogo. Considerando que em 2016 se registou uma ligeira descida da idade média, que tendencialmente tem vindo a subir ao longo da década, a média etária registada em 2018 corresponde a um aumento consentâneo com a subida média anual registada ao longo da década.

Quadro 9 - Distribuição do número de efetivos por serviços e escalões etários

	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
DAP				1		1		1	
DAPLEN	1	1	1	1	3	3	3	6	
DAC	1	2	6	6	5	10	9	7	2
DR	2	1	1	3	4	2	3	8	2
UTAO		1		4			2		
DIC								2	
DILP		1	1	1	1	4	5	3	1
BIB				1	1	3	4	4	2
AHP				4		3	3	2	2
DE	1			4	1	2	4	2	
DMC				1	3	4		6	
DAF				1			1	1	
DRHF		1	1	2	2	2	3	6	
DRHF/GP's			2	3	1	5	8	3	
DGF			2	2	2	2	5	4	
DAPAT		2	2	5	4	2	7	5	1
DRIPP					1	1	1	1	
DRIC			1	4	3		5	2	
DRPP	1		1		3	4	3	5	
DTI				1		1	3	3	
DIT			1		3	1	2	1	1
DSI	1		1	2	2		1		
GCA						1	2	2	
GC		1	2	3	7	3	8		
GAB'S						5	5	5	4

O quadro 9 ilustra a distribuição de efetivos por serviços e escalões etários, sendo os quadrados mais escuros os que têm maior número de funcionários e os mais claros os que contabilizam menor número de efetivos. Podemos observar que em todos os serviços existe uma predominância de escalões etários acima da média etária. No entanto, é possível observar este ano alguns serviços que detêm funcionários no escalão entre os 25 e 29 anos: DAPLEN, DAC, DR, DE, DRPP e DSI.

Nos Gabinetes é onde se pode encontrar a maior concentração de funcionários no escalão etário mais elevado.

## 2.7. – Escolaridade

A licenciatura é o nível de escolaridade predominante dos efetivos da AR, quer no que respeita ao sexo masculino, quer feminino, agrupando quase metade do total de funcionários.

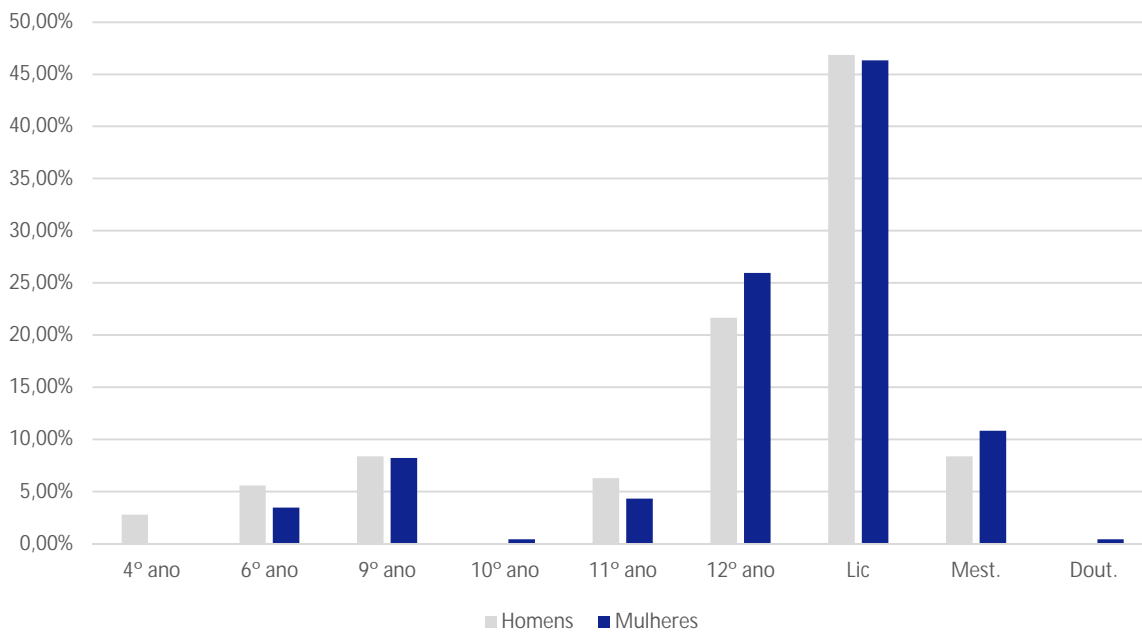
Quadro 10 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	4	2.80%	0	0.00%	4	1.07%
6 anos de escolaridade	8	5.59%	8	3.15%	16	4.28%
9 anos de escolaridade	12	8.39%	19	9.46%	31	8.29%
10 anos de escolaridade	0	0.00%	1	0.45%	1	0.27%
11 anos de escolaridade	9	6.29%	10	4.50%	19	5.08%
12 anos de escolaridade	31	21.68%	60	27.03%	91	24.33%
Licenciatura <sup>2</sup>	66	46.85%	107	46.40%	173	46.52%
Mestrado	12	8.39%	25	7.66%	37	9.89%
Doutoramento	1	0.00%	1	0.88%	2	0.27%
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100%</b>	<b>231</b>	<b>100%</b>	<b>374</b>	<b>100%</b>

<sup>2</sup> Não se distinguem nesta sede as licenciaturas pré e pós-Bolonha, sendo certo que a generalidade é pré-Bolonha.

Embora nos níveis de escolaridade mais baixos se encontre uma ligeira predominância do sexo masculino, ainda assim existe uma relativa equiparação entre géneros.

Gráfico 13 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade





## 2.8. – Antiguidade

Aproximadamente 22,5% dos funcionários detêm entre 25 a 29 anos de antiguidade em funções públicas. Este escalão é predominante em ambos os sexos.

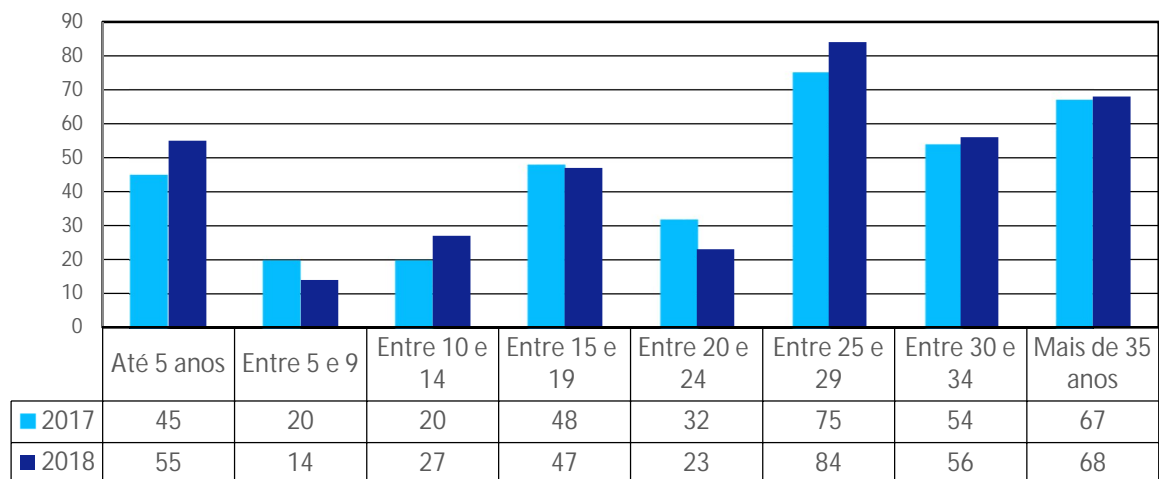
Quadro 11 - Antiguidade

	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	25	30	55
Entre 5 e 9	8	6	14
Entre 10 e 14	13	14	27
Entre 15 e 19	21	26	47
Entre 20 e 24	9	14	23
Entre 25 e 29	28	56	84
Entre 30 e 34	13	43	56
Mais de 35 anos	25	43	68
Nível médio de antiguidade	20.96 anos	24.05 anos	22.87 anos

O nível médio de antiguidade situa-se em 22,87 anos sendo que os homens registam menos 3,09 anos de antiguidade do que das mulheres. A média é de 20,96 anos e 24,05 anos, respetivamente.

O escalão de mais de 35 anos agrupa 18% do total de efetivos, sendo o segundo maior grupo de nível médio de antiguidade.

Gráfico 14 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2017-2018)



Analisando uma perspetiva bianual, observamos que os três últimos escalões tiveram aumento do número de funcionários, grande parte por deslocação proveniente dos grupos intermédios. Também o primeiro escalão, com menos de 5 anos, apresenta um ligeiro aumento do número de efetivos devido ao ingresso de novos funcionários.

## 2.9. – Movimentos de pessoal

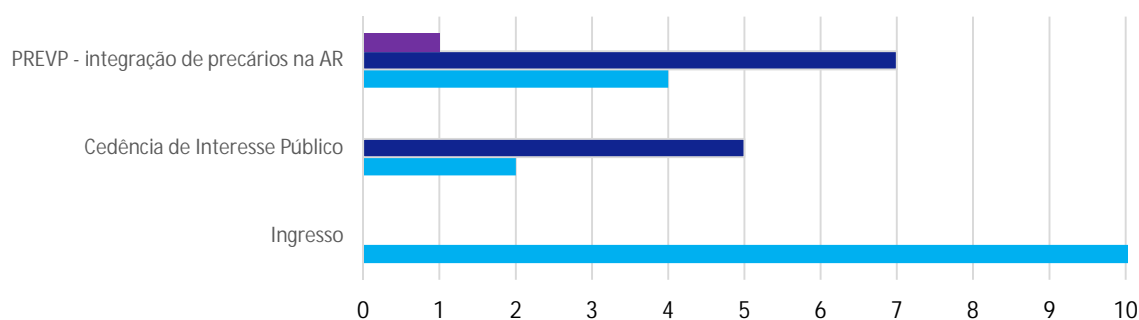
### 2.9.1 – Ingresso

Em 2018, verificaram-se os seguintes movimentos de ingresso:

- 13 novas admissões em regime de estágio probatório na carreira de assessor parlamentar;
- 7 cedências de interesse público (2 assessores e 5 técnicos de apoio parlamentar);
- 12 integrações ao abrigo do programa de regularização extraordinária de vínculos precários (4 assessores, 7 técnicos de apoio parlamentar e 1 assistente operacional parlamentar).

Não se registaram, em 2018, regressos.

Gráfico 15 – Movimentos de ingresso em 2018



	Ingresso	Cedência de Interesse Público	PREVP - integração de precários na AR
Assistente Op. Parlamentar			1
Téc. de Apoio Parlamentar		5	7
Assessor Parlamentar	13	2	4

## 2.9.2 – Saídas

Em 2018, verificaram-se os seguintes movimentos de saída:

- 1 falecimento (carreira subsistente);
- 6 aposentações (4 assessores parlamentares e 2 técnicos de apoio parlamentar);
- 4 cessações de contrato de trabalho parlamentar em regime de estágio probatório;
- 8 cessações de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto por integração no âmbito do PREVP (3 assessores parlamentares e 5 técnicos de apoio parlamentar).

Gráfico 16 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2018

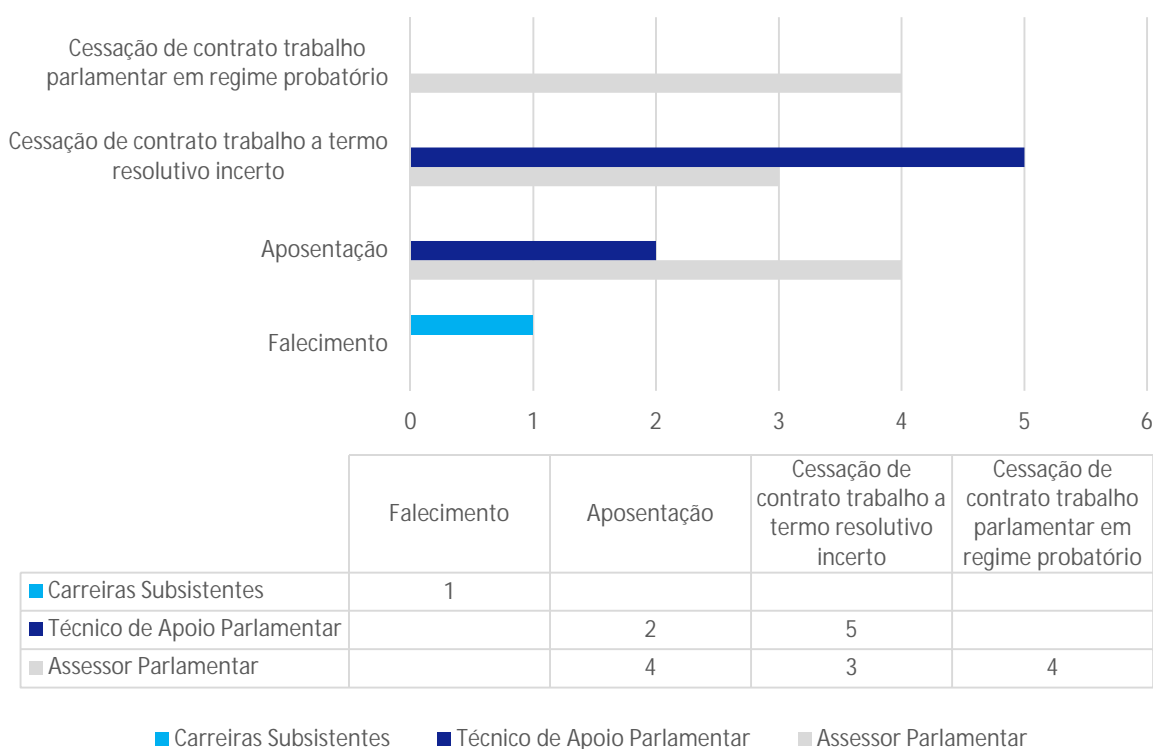
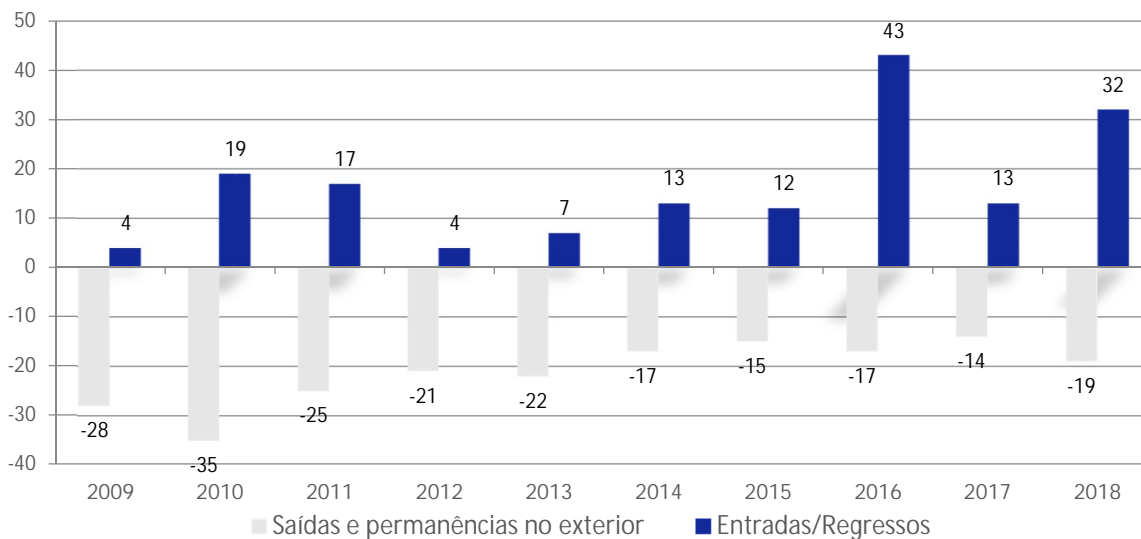


Gráfico 17 - Movimento global de ingressos e saídas



Da análise global do movimento de ingressos e saídas, este ano verificou-se um saldo positivo de 13 funcionários, o qual resulta de um aumento significativo de ingressos, ainda que se tenha registado um aumento no número de saídas face ao ano de 2017.

À exceção de 2016 e 2018, que registaram um saldo positivo, podemos observar pelo **gráfico 17** que o movimento de saídas tem sido largamente superior ao de entradas, o que se tem traduzido numa diminuição gradual do número de funcionários.

### 2.9.3 – Mobilidade interna

Quadro 12 – Mobilidade interna

		ENTRADAS									
		DAC	BIB	DE	DRHF	DAPAT	DRIPP	DRPP	GCA	GC	GAB'S
SAÍDAS	DAPLEN						1				
	DAC						1	1			
	DR									1	
	DILP	1									
	AHP		1								
	DRHF					1					1
	DGF				1						
	DAPAT				1				1		
	GAB'S			1	1						

Em 2018 registaram-se 13 situações de mobilidades internas, 3 na carreira de assessor parlamentar e 10 na carreira de técnico de apoio parlamentar, nos termos do artigo 15.º do EFP.

## 2.10. – Evoluções na carreira e na categoria

### 2.10.1 – Valorizações remuneratórias

O artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Orçamento de Estado para 2018 veio permitir valorizações e acréscimos remuneratórios, com efeitos a 1 de janeiro de 2018. Nos serviços da Assembleia da República estas valorizações repercutiram-se da seguinte forma:

	N.º funcionários
Assessores Parlamentares	102
Técnicos de Apoio Parlamentar	99
Assistentes Operacionais Parlamentares	66
Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	17

### 2.10.2 – Outras situações

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º e da alínea i) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), e do n.º 1 do artigo 27.º do EFP, foram nomeados 2 encarregados operacionais parlamentares.

Também ao abrigo das mesmas disposições legais da LOFAR, mas conjugadas com o n.º 5 do artigo 31.º da RAR n.º 74/2018, de 20 de março, foi nomeada uma coordenadora de conteúdos integrados no Gabinete de Comunicação.

Por despacho do Sr. Secretário-Geral n.º 074/SG/2018, de 20 de novembro, nos termos do n.º 11 do Despacho PAR n.º 89/XIII, de 12 de julho de 2018, foi nomeado um administrador de segurança da informação da AR.

## 2.11. – Absentismo

Em 2018 registaram-se 7.699 dias de ausência, sendo que 75% do total de registos se deveu a motivo de doença. As restantes causas de ausência têm expressão menos significativa.

Quadro 13 – Faltas Justificadas (em dias)

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Casamento	14				14
Parentalidade	1157	55			1212
Falecimento de familiar	88	24	13	2	127
Doença	1.996	2.666	1.027	120	5.809
Assistência a familiar	224	162	37	2	425
Trabalhador Estudante	2	56			58
Outras	18	20	12	4	54
<b>TOTAIS</b>	<b>3.499</b>	<b>2.983</b>	<b>1.089</b>	<b>128</b>	<b>7.699</b>

Em valores absolutos, o número de ausências registadas em 2018 é bastante próxima do número de dias registados em 2017, que foi de 7.221 dias.

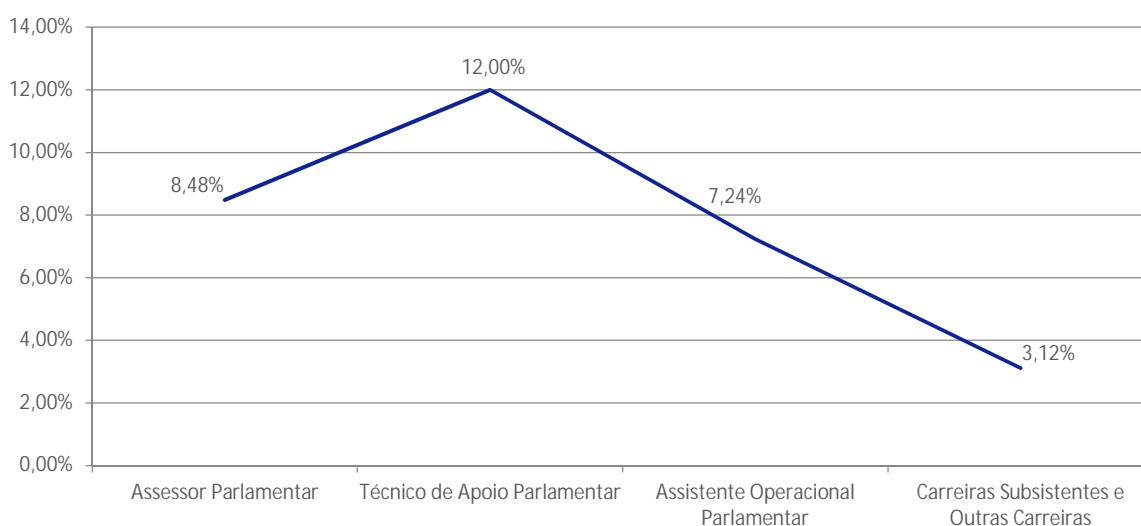
Sendo a doença o maior tipo de ausência registada, efetuou-se uma análise por carreira, constatando-se que a maior incidência ocorreu ao nível da carreira de técnico de apoio parlamentar, onde se registou uma média de 24,5 dias de doença por funcionário.



Quadro 14 - Faltas por doença (em dias)

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras subsistentes e Outras Carreiras
N.º de dias de ausência	1996	2.666	1.027	120
N.º Funcionários	181	109	66	18
N.º médio de ausências	11,0	24,5	15,6	6,7

Gráfico 18 - Absentismo por carreiras profissionais



A ausência por doença tem igual implicação na taxa de absentismo, levando a que esta taxa se situasse, na carreira técnica de apoio parlamentar, em 12%, ou seja, 3,5% acima da taxa de absentismo global.

Com uma taxa de absentismo próxima da média, encontra-se a carreira de assessor parlamentar. As carreiras subsistentes / outras carreiras registaram a taxa mais baixa, com 3,12%.

Por último, a carreira de assistente operacional parlamentar apresenta uma taxa de 7,24%, ligeiramente abaixo da taxa de absentismo média global.

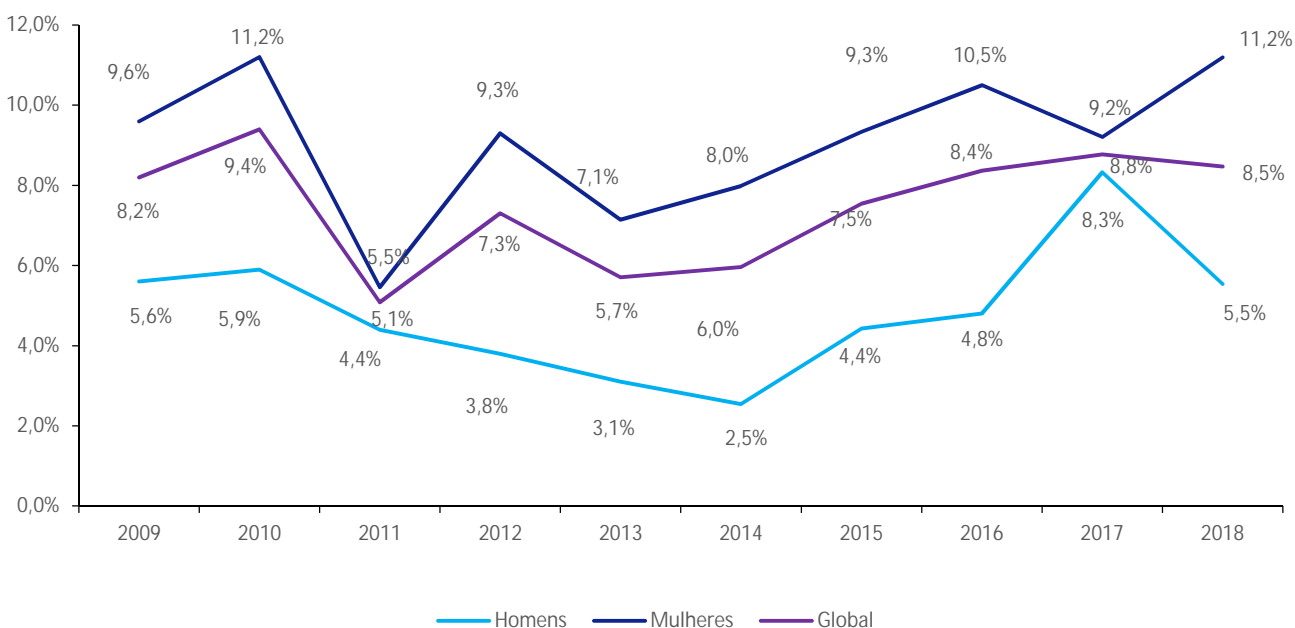
Embora em termos absolutos se tenha registado um número de dias de ausência ligeiramente superior ao de 2017, considerando o maior número de efetivos global, podemos verificar que a taxa de absentismo desceu em 0,3% face ao período homólogo.

Quadro 15 - Evolução da taxa de absentismo

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
8.2%	9.4%	5.1%	7.3%	5.7%	6.0%	7.5%	8.4%	8.8%	8.5%

Já no que respeita ao absentismo por género, em 2018, verificou-se uma situação inversa à convergência ocorrida no ano anterior. Embora a taxa média tenha descido, assistiu-se a um aumento de 2% da taxa de absentismo feminina por contrapartida da descida em 2,8% da taxa de absentismo masculina.

Gráfico 19 - Evolução da taxa de absentismo global e por género



### 3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

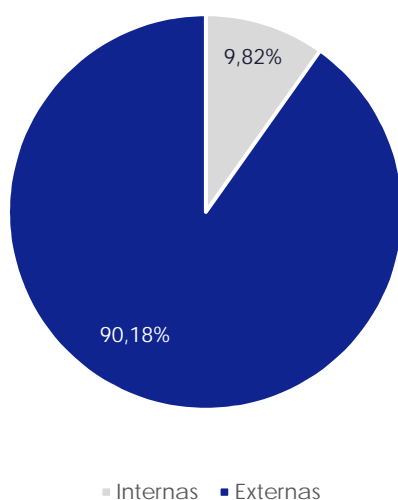
Do total de 112 ações de formação realizadas, em 2018, 76% foram de curta duração, isto é, tiveram uma duração inferior a 25 horas. Apenas se registaram 4 ações com mais de 60 horas.

Quadro 16 - Número de ações de formação profissional

	Menos de 25 horas	de 26 a 59 horas	de 60 a 135 horas	Total
Internas	3	8		11
Externas	82	15	4	101
Total	85	23	4	112

Das 112 ações de formação registadas, 90,2% correspondem a ações de formação externas. Os restantes 9,8% correspondem naturalmente às ações de formação realizadas dentro das instalações da AR.

Gráfico 20 - Formação interna e externa



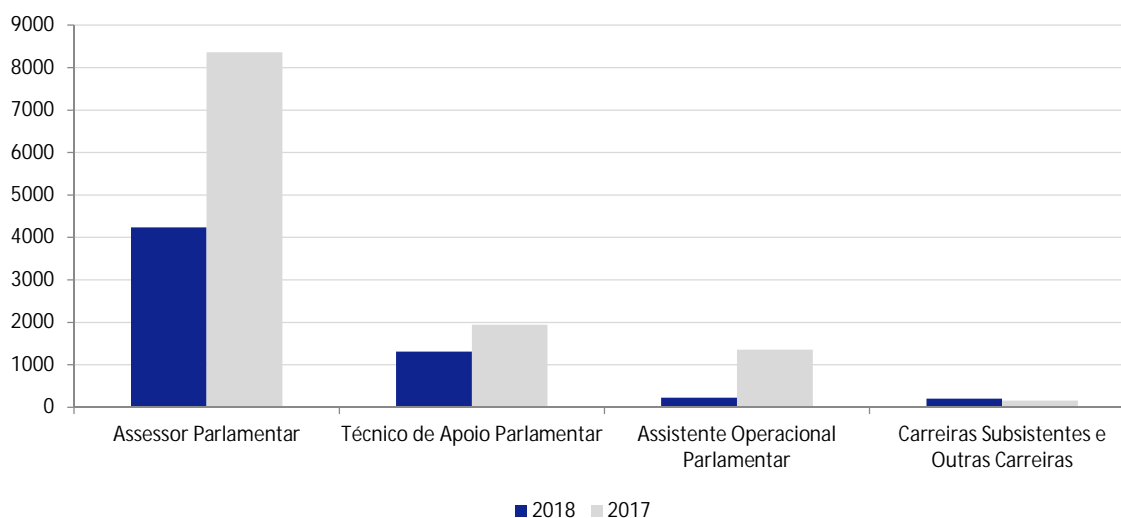
Quadro 17 – Volume de horas de formação por carreira

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Horas de Formação Internas	2.866	851	207	98	4.022
Horas de Formação Externas	1.374	463	21	105	1.963
TOTAL	4.240	1.314	228	203	5.985

Os assessores parlamentares são o grupo que apresenta uma média de horas de formação mais elevada, com um registo de 23,4 horas / funcionário. No polo oposto temos a carreira de assistentes operacionais parlamentares com 3,5 horas / funcionário.

A existência de funcionários sem registo de formação rondou entre 30% a 40%, estando a ser objeto de análise no presente ano.

Gráfico 21 – Volume de horas formação por carreira (2017 – 2018)



Em 2018 registou-se uma diminuição de 50,6% de horas de formação face ao ano transato. Este facto deveu-se essencialmente à reestruturação orgânica, ocorrida em maio de 2018, consubstanciada na RAR n.º 74/2018, de 20 de março, que atribuiu à DRHF as competências em matéria de formação no decurso já do segundo trimestre, mas sem que estivesse previsto um plano de formação para esse ano.

## 4. – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

### 4.1. – Acidentes de Trabalho

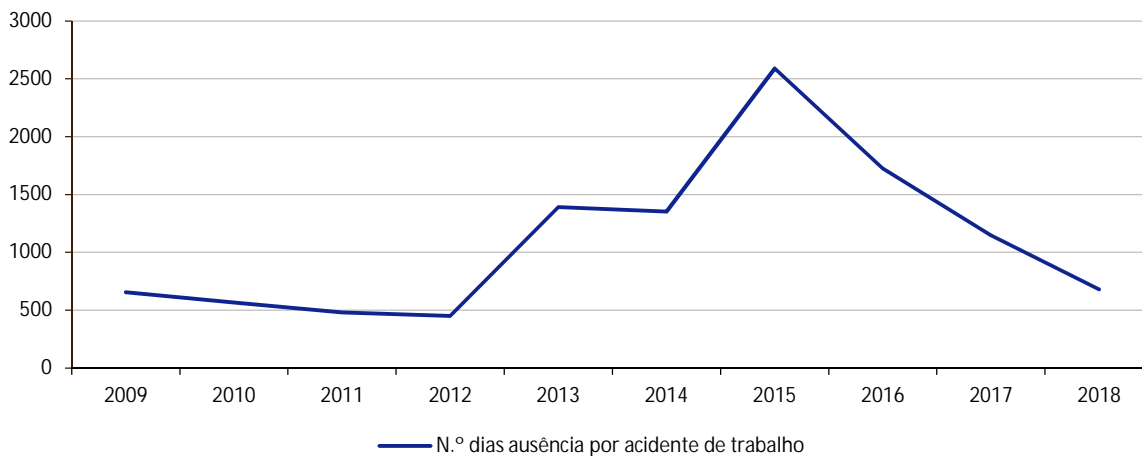
Em 2018, verificaram-se 7 casos de acidentes de trabalho, dos quais a maioria ocorreu em *in itinere*. Ocorram ainda 3 acidentes de trabalho com funcionários dos grupos parlamentares, cuja responsabilidade de reparação pertence à Assembleia da República.

Quadro 18 - Caracterização dos acidentes de trabalho  
e relação com o número de dias de baixa

HIGIENE E SEGURANÇA						
Acidentes de trabalho	Número de casos sem baixa	Número de casos com baixa			Total geral de casos	Total de dias com baixa
		< 10 dias	10-20 dias	> 20 dias		
In Itinere	1		1	1	3	47
No local de trabalho	1		1	2	4	167
Total	2		2	3	7	214

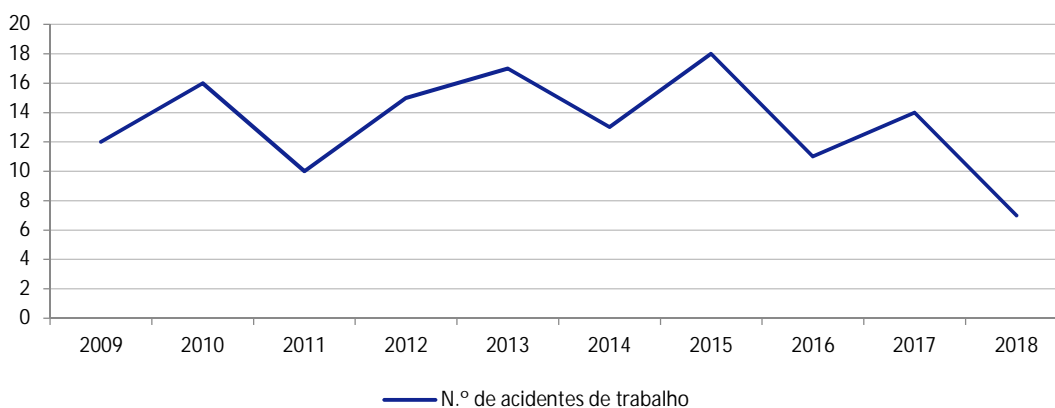
No cômputo global, 5 destes 7 acidentes deram origem a 214 dias de ausência. A este total de ausências somam-se 467 dias em consequência de casos ocorridos em anos anteriores e que se prolongaram para 2018. De igual modo, também aqui se inclui 143 dias de ausência, em resultado de um acidente não qualificado como acidente de trabalho que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, assiste ao funcionário o direito à ausência, como se de um acidente de trabalho se tratasse, até ao momento da decisão sobre a sua qualificação.

Gráfico 22 – Evolução de ausências por acidente de trabalho



Em resultado do exposto anteriormente, registou-se um total de 681 dias de ausência por acidente de trabalho, cerca de metade do registado em 2017.

Gráfico 23 – Número de acidentes de trabalho



O número de acidentes de trabalho, registados em 2018, é o menor número de ocorrências da década.

## 4.2. – Doenças Profissionais

Em 2018 não se registaram novos casos de doenças profissionais. No entanto, os casos pendentes de confirmação por parte do Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais, com processos já anteriores a 2016, originaram 1.491 dias de ausência em 2018.

Quadro 19 - Evolução das doenças profissionais

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de casos	1	6	1	0	0	0
Nº de dias de ausência	99 dias	236 dias	641 dias	1.084 dias	1.414 dias	1.491 dias

## 4.3. – Gabinete Médico e de Enfermagem

A Assembleia da República possui um Gabinete Médico e de Enfermagem (GME), ao qual, entre outras competências, cabe a prestação de consultas e cuidados médicos e de enfermagem.

Atualmente, o GME é composto por 1 enfermeira em regime de cedência de interesse público e 4 médicos em prestação de serviços.

Quadro 20 - Gabinete médico e de enfermagem

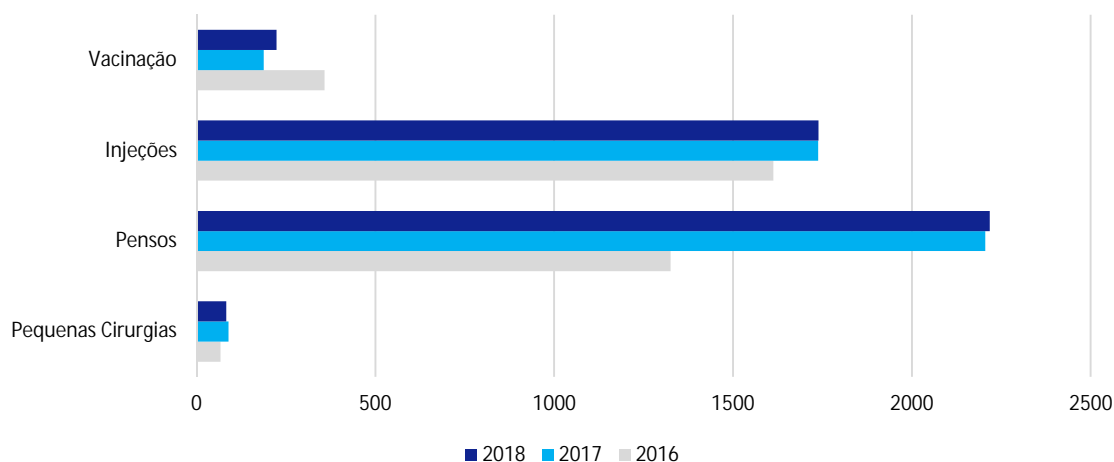
	Médico	Enfermeira	Total
Cedência de interesse público		1	1
Prestação de Serviços	4		4
TOTAL	4	1	5

Quadro 21 - Evolução dos atos médicos e enfermagem

	2017	2018	Variação %
Pequenas Cirurgias	90	83	-7,78%
Consultas médicas (valor médio)		1500	-
Pensos	2.205	2.218	0.59%
Injeções	1.738	1.739	0.06%
Eletrocardiograma	-	87	-
Vacinação	188	224	19.15%

Do total de atos registados, o quadro acima reflete os que mais se destacaram pelo número de ocorrências. No entanto, para além destes, foram ainda registadas consultas de enfermagem, medição de tensão arterial, medição dos níveis de glicose, aconselhamento médico e de enfermagem entre outros.

Gráfico 24 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triénio



Em 2018 registou-se um ligeiro aumento do número de atos médicos e de enfermagem praticados no GME, sendo que o principal aumento ocorreu ao nível da vacinação, com um registo superior ao ano anterior em quase 20%.



## 5. – ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros permanentes e respetivas despesas encontram-se especificados no quadro seguinte:

Quadro 22 - Encargos financeiros permanentes – Executado em 2018

Encargos com os serviços da A.R.	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Pessoal dos SAR – vencimentos e suplementos	10.308.025,20 €	59%	91.0%
Pessoal contratado a termo	121.877,28 €	0.7%	65.3%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	33.649,60 €	0.2%	68.7%
Pessoal aguardando aposentação – SAR	34.546,24 €	0.2%	86.4%
Pessoal em qualquer outra situação	674.937,91 €	3.9%	96.1%
Representação (certa e permanente)	128.736,42 €	0.7%	99.9%
Subsídios, Suplementos e Prémios (certos e permanentes)	30.145,51 €	0.2%	86.1%
Subsídio de refeição – Pessoal dos SAR	366.462,20 €	2.1%	87.8%
Subsídios de férias e Natal – Pessoal dos SAR	1.959.894,68 €	11.2%	87.8%
Remunerações por doença e parentalidade (SAR)	475.354,40 €	2.7%	95.1%
Contribuição para a segurança social (SAR)	605.774,34 €	3.5%	98.1%
Outras despesas de segurança social (SAR) – CGA	2.659.330,18 €	15.2%	99.3%
Formação	61.402,03 €	0.4%	57.7%
<b>TOTAL</b>	<b>17.460.136,00 €</b>	<b>100%</b>	<b>91.8%</b>

O valor global dos encargos financeiros permanentes, em 2018, ascendeu aos 17.460.136,00€, ao que corresponde um aumento de aproximadamente 3,7% em relação a 2017.

O maior aumento verificado face ao período homólogo foi da rubrica de pessoal a aguardar aposentação – SAR, cujo montante executado foi quase do dobro registado em 2017.

À semelhança dos anos anteriores, o maior peso dos encargos financeiros permanentes continua a ser a rubrica “vencimentos e suplementos”, com 59% no peso global, seguida de outras despesas de segurança social (SAR) – CGA, com 15,2% do total destes encargos.

A taxa de execução global situou-se em 91.8%, em relação à dotação ajustada do OAR2018. Todas as rubricas apresentam taxas de execução elevadas, destacando-se apenas três com taxas inferiores a 70%:

- rubrica de pessoal contratado a termo - entre julho e setembro deixou de existir contratos a termo por força da integração de precários no âmbito do PREVP;
- rubrica de pessoal em regime de tarefa ou avença – pela verificação de rescisão de contratos de avença;
- rubrica da formação – devido à reestruturação orgânica, e sem plano de formação para 2018, executaram-se maioritariamente ações de formação já autorizadas no primeiro semestre.

Quadro 23 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2018

Encargos com os serviços da A.R.	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Trabalhos em dias de descanso e feriados (SAR)	91.981,31 €	33.6%	100.0%
Alimentação	61.011,91 €	22.3%	81.3%
Transportes	16.782,41 €	6.1%	67.1%
Ajudas de custo: Funcionários SAR e GAB	34.577,31 €	12.6%	99.1%
Abono para falhas	5.336,66 €	1.9%	87.5%
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	1.653,75 €	0.6%	16.5%
Outros abonos em numerário ou espécie	10.749,54 €	3.9%	89.6%
Deslocações - viagens	30.113,41 €	11.0%	97.3%
Estadas	21.709,81 €	7.9%	99.9%
<b>TOTAL</b>	<b>273.916,11 €</b>	<b>100 %</b>	<b>89.0%</b>

Os encargos financeiros variáveis ascenderam a 273.916,11€, e representam um acréscimo de aproximadamente 15% face aos valores executados em 2017. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram a rubrica de trabalhos em dias de descanso e feriados (SAR), com um aumento de cerca de 36%, e a rubrica deslocações – viagens com um aumento de aproximadamente 81%. Em contrapartida, a rubrica de subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento teve um decréscimo de 89%, o que se justifica pela não necessidade da Assembleia da República suportar abono de residência com a Representante da AR junto da UE.

Relativamente aos encargos variáveis, as rubricas com maior peso são “trabalhos em dias e descanso e feriados (SAR)” e “alimentação”, à semelhança dos anos transatos.

A taxa de execução global situou-se nos 89%.

Quadro 24 - Despesas de funcionamento – Executado em 2018

Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Vestuário e artigos pessoais	47.591,08 €	10,2%	35.0%
Aquisição de serviços - - Refeitório; restaurante; cafetarias	418.260,33 €	89,8%	55.2%
<b>TOTAL</b>	<b>465.851,41 €</b>	<b>100 %</b>	<b>52.1%</b>

As despesas de funcionamento aqui apresentadas englobam as “despesas com vestuário e artigos pessoais”, nas quais se inclui o fardamento dos assistentes operacionais parlamentares, e ainda as relativas à “aquisição de serviços com o refeitório, restaurante e cafetarias”.

A taxa de execução situou-se nos 52,1%, em relação à dotação ajustada do OAR2018.

## 6. – PROTEÇÃO SOCIAL

Em 2018 foram executados 224.622,38€ de encargos com proteção social, representando um aumento de aproximadamente 30% face a 2017, em resultado do pagamento, neste ano, da maioria dos subsídios de estudo relativos aos anos letivos 2017/2018 e 2018/2019.

Quadro 25 - Proteção social – executado em 2018

Proteção Social			
	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Subsídio familiar a crianças e jovens (SAR)	2.544,29 €	1.1%	50.9%
Outras prestações familiares (SAR)	172.580,58 €	76.8%	93.3%
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.326,25 €	5.5%	16.8%
Outros trabalhos especializados	37.171,26 €	16.5%	43.7%
<b>TOTAL</b>	<b>224.622,38 €</b>	<b>100%</b>	<b>64.5%</b>

A rubrica de outras prestações familiares (SAR) é a que mais contribuiu para este aumento, consubstanciando-se numa subida de 171,4%. Esta rubrica engloba os abonos de família, os apoios sociais e subsídios de estudo, as prestações no âmbito dos acidentes de trabalho e doenças profissionais e comparticipação de pagamentos para a creche da Assembleia da República, sendo a diferença de totais explicada pelo englobamento dos subsídios de funeral. Os valores mais representativos são os referentes aos apoios sociais e subsídios de estudo, os quais que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 26 – Apoios Sociais e Subsídios de Estudo – executado em 2018

Apoios Sociais e Subsídios de Estudo		
	Montante	Número de beneficiários
Ama / Pré-escolar	41.828,63 €	77
Básico 1 / OTL	4.485,23€	19
Básico 1	7.856,72 €	23
Secundário	54.921,01 €	151
Superior	45.495,30 €	65
OTL	9.703,50 €	95
Trabalhador Estudante (Superior)	4.437,64€	10
<b>TOTAL</b>	<b>168.728,03 €</b>	<b>--</b>

Podemos ainda salientar que existem duas rubricas cujos valores executados se apresentam bastante inferiores a 2017. Trata-se da rubrica de subsídio familiar a crianças e jovens (SAR), com um decréscimo de aproximadamente 47%, e da rubrica de acidentes de trabalho e doenças profissionais, com um decréscimo de 69%.

Faz-se nota que, a partir de julho de 2018, com a entrada em vigor do novo sistema SNC-AP, os valores relativos às remunerações dos funcionários que se encontram ausentes, quer por acidente de trabalho quer por doença profissional, passaram a ser contabilizados na rubrica remunerações por doença, maternidade e paternidade (SAR).

Importa salientar também que, nos últimos 3 anos, os reembolsos com despesas médicas e medicamentosas aos funcionários acidentados têm ocorrido através da seguradora, registando-se, em 2018, o valor de 3.753,29€, equivalente a -17% que o registado em 2017.

Quadro 27 – Valor de reembolsos efetuados pela seguradora (triénio)

2016	2017	2018
2.063,14€	4.529,63€	3.753,29€

Também a rubrica de outros trabalhos especializados sofreu um decréscimo, principalmente explicada pela redução, em 2018, do compromisso não utilizado relativamente ao contrato da prestação de serviços da creche.

A taxa de execução situou-se nos 64,5% face aos montantes orçamentados.

## 7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA

### 7.1 – Relações profissionais

77% dos funcionários parlamentares e outros trabalhadores que exercem funções na AR são sindicalizados, sendo que quase todos pertencem ao Sindicato dos Funcionários Parlamentares, encontrando-se apenas 10 sindicalizados em outras organizações sindicais.

Quadro 28 - Atividade sindical

Organização e atividade sindical na A.R.	
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Parlamentares	278
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores da F.P. Zona Sul e Açores	3
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Quadros Técnicos da Banca	2
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos	3
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Judiciais	1
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Enfermeiros Portugueses	1
Taxa de sindicalização = $\frac{\text{N}^\circ \text{ Trab. Sindicalizados}}{\text{Total Efetivos}}$	77,0%

Os funcionários parlamentares estão representados no Conselho de Administração por um representante efetivo e um suplente, eleitos pelo período da Legislatura, conforme previsto no artigo 14.º da LOFAR.

Quadro 29 - Representação no Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Representação no Conselho de Administração	1 efetivo 1 suplente

## 7.2 – Disciplina

Em 2018 verificou-se a instrução de um processo disciplinar.



## 8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES

Nos termos da LOFAR, os Gabinetes do Presidente da AR, Vice-Presidentes, Secretários de Mesa e Secretário-Geral podem ser constituídos por pessoal em regime de nomeação e por funcionários do mapa de pessoal da AR. Assim, salienta-se que os funcionários que se encontram nomeados nestes Gabinetes não fazem parte dos 374 efetivos analisados ao longo deste Balanço Social. Ao contrário do que sucede com o corpo permanente de funcionários que apoiam os trabalhos da AR, as mudanças de Legislatura podem ter reflexos na composição dos mesmos.

Em 2018, no **Gabinete do Presidente da AR** exerciam funções de apoio um total de 11 funcionários, distribuídos pelos cargos e categorias representadas no quadro que se segue, em consonância com o artigo 8.º da LOFAR:

Quadro 30 - Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR

	Chefe de Gabinete	Assessor Principal	Assessor	Secretário	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal						2	2
Nomeados	1	1	2	4	1		9
Total	1	1	2	4	1	2	11

Os **Gabinetes dos Vice-Presidentes da AR**, atento o previsto no artigo 11.º da LOFAR, têm a seguinte composição:

Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes

	Secretária	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal			1	1
Nomeados	4	2		6
Total	4	2	1	7

De acordo com o artigo 12.º da LOFAR, o **Gabinete dos Secretários da Mesa** conta com o apoio dos seguintes funcionários:

Quadro 32 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa

	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal	2	2	4
Total	2	2	4

O apoio ao **Conselho de Administração** é prestado em conformidade com o quadro abaixo:

Quadro 33 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração

	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal	1	1	2
Total	1	1	2

No **Gabinete do Secretário-Geral**, de acordo com o artigo 25.º da LOFAR, exerceram funções um total de 12 elementos, distribuídos pelos seguintes cargos e categorias:

Quadro 34 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral

	Secretário-Geral	Adjuntos do SG	Assessores	Secretária	AOP	Total
Mapa de pessoal	1	2	2		3	8
Nomeados				3		3
Total	1	2	2	3	3	11

O **Auditor Jurídico** encontra-se na direta dependência do Presidente da Assembleia da República e é apoiado em conformidade com o quadro abaixo:

Quadro 35 - Pessoal em exercício no Auditor Jurídico

	Técnico Superior	TAP	Total
Mapa de pessoal	1	1	2
Total	1	1	2

## 9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES EXTERNAS QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR

O mapa de pessoal da Assembleia da República, em 2018, contempla ainda, em mapa autónomo do Orçamento da AR, postos de trabalho ocupados por funcionários afetos a entidades administrativas externas, que funcionam junto da Assembleia da República, e cujo apoio técnico e administrativo lhe está legalmente cometido. Estes funcionários encontram-se englobados nos quadros e gráficos acima, refletindo-se abaixo a distribuição por entidade:

Quadro 36 - Pessoal em exercício na Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA)

	Assessor Parlamentar	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 37 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz

	Técnico superior	Técnico	Administrativo	Total
Mapa de pessoal	3	1	1	5
Total	1	1	1	5

Quadro 38- Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN

	Técnico superior	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

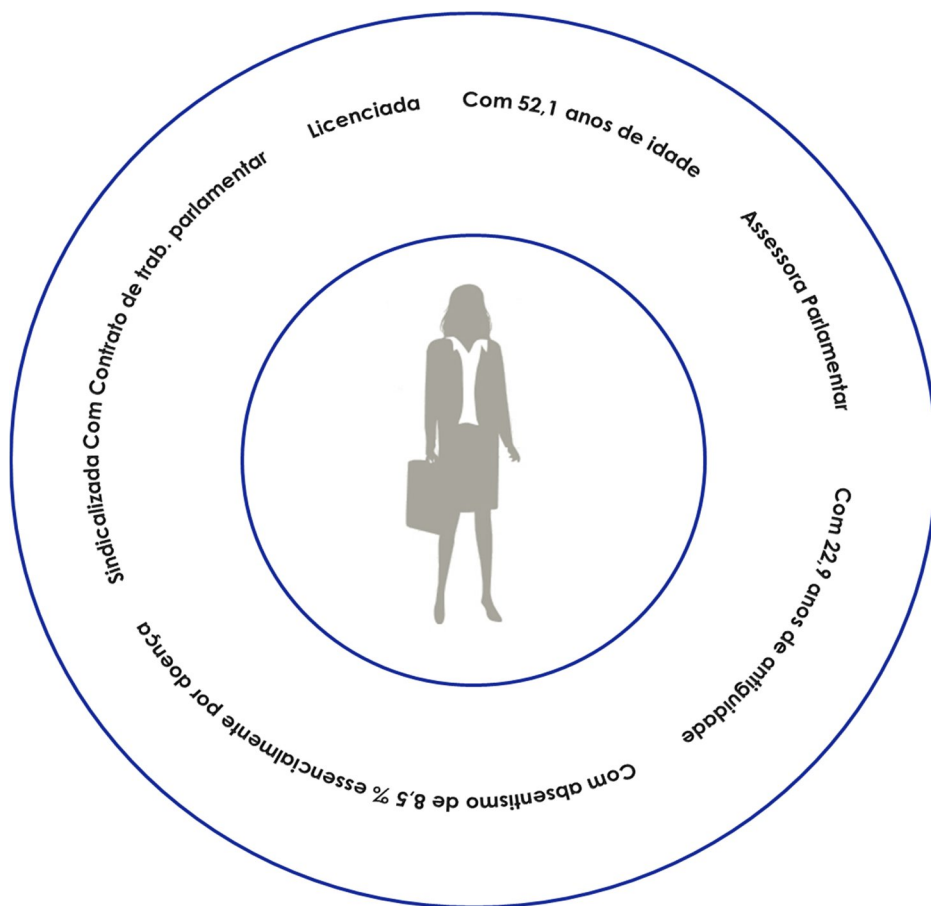
## 10. – NOTAS FINAIS

### Síntese

Após a análise deste documento, podemos destacar, em síntese, os seguintes dados relativos a 2018:

- † Em 31 de dezembro de 2018, contabilizavam-se 374 funcionários em efetividade de funções nos serviços da AR e 7 nas entidades administrativas independentes que funcionam junto da AR e à qual compete assegurar o respetivo apoio logístico e administrativo;
- † Face ao ano anterior, registou-se um aumento no número de funcionários de 3,6%, o que equivale a um acréscimo de 13 efetivos;
- † Registaram-se 32 ingressos, sendo 13 novas admissões em regime de estágio probatório;
- † A carreira de assessor parlamentar é aquela que representa um maior número de funcionários, com 48% do total de efetivos;
- † Na distribuição por género, a representatividade feminina é de 61,8%, e masculina de 38,2%;
- † Na distribuição dos funcionários por grupos profissionais, a representatividade feminina apresenta maior preponderância ao nível da carreira técnica de apoio parlamentar, enquanto na carreira de assistente operacional parlamentar regista-se uma maior representatividade do género masculino;

- † O escalão etário dos 55-59 anos é aquele que engloba o maior número de funcionários parlamentares, representando 23% do seu total;
- † O índice de envelhecimento é de 48,4%;
- † A idade média é de 52,1 anos;
- † O grau académico de licenciatura é o mais representativo do universo dos funcionários parlamentares, representando 52%;
- † O escalão entre 25 e 29 anos de antiguidade é o mais representativo com 22,5 % dos funcionários;
- † O nível médio de antiguidade é de 22,9 anos;
- † A taxa de reposição de efetivos situou-se nos 168,4%;
- † Registaram-se 284 valorizações remuneratórias ao abrigo do artigo 19.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018;
- † A taxa de absentismo situou-se nos 8,5%;
- † As faltas por doença representaram 75% do absentismo registado;
- † Os funcionários parlamentares frequentaram em 112 ações de formação profissional;
- † Verificaram-se 14 casos de acidentes de trabalho, e as ausências por este motivo, resultando de acidentes deste ano e dos anos anteriores, registaram um total de 681 faltas;
- † A taxa de sindicalização situou-se nos 77%;
- † Registou-se um processo disciplinar.



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos.....	5
Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por carreiras de acordo com o EFP (2017-2018).....	7
Gráfico 3 - Variação percentual de efetivos por relação jurídica de trabalho (2017 - 2018) ..	9
Gráfico 4 - Percentagem de dirigentes por efetivos.....	12
Gráfico 5 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos .....	12
Gráfico 6 - Variação de efetivos por serviço - saldo do triénio.....	15
Gráfico 7 - Percentagem da relação homens / mulheres.....	16
Gráfico 8 - Evolução do total de efetivos por género.....	16
Gráfico 9 - Distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais .....	17
Gráfico 10 - Índice de envelhecimento .....	18
Gráfico 11 - Pirâmide etária .....	20
Gráfico 12 - Evolução da idade média .....	20
Gráfico 13 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade .....	23
Gráfico 14 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2017-2018) .....	25
Gráfico 15 – Movimentos de ingresso em 2018 .....	26
Gráfico 16 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2018.....	27
Gráfico 17 - Movimento global de ingressos e saídas .....	28
Gráfico 18 - Absentismo por carreiras profissionais .....	32
Gráfico 19 - Evolução da taxa de absentismo global e por género.....	33
Gráfico 20 - Formação interna e externa.....	34
Gráfico 21 – Volume de horas formação por carreira (2017 – 2018).....	35
Gráfico 22 – Evolução de ausências por acidente de trabalho.....	37
Gráfico 23 – Número de acidentes de trabalho .....	37
Gráfico 24 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triénio .....	39



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual.....	6
Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por carreira.....	8
Quadro 3 - Evolução dos efetivos por carreiras segundo a relação jurídica de trabalho - SAR .....	10
Quadro 4 - Pessoal dirigente .....	11
Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR.....	14
Quadro 6 - Relação homens / mulheres.....	16
Quadro 7 - Efetivos por escalão etário segundo o género.....	18
Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo carreiras profissionais .....	19
Quadro 9 - Distribuição do número de efetivos por serviços e escalões etários.....	21
Quadro 10 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade .....	22
Quadro 11 - Antiguidade.....	24
Quadro 12 – Mobilidade interna .....	29
Quadro 13 – Faltas Justificadas (em dias) .....	31
Quadro 14 - Faltas por doença (em dias).....	32
Quadro 15 - Evolução da taxa de absentismo.....	33
Quadro 16 - Número de ações de formação profissional .....	34
Quadro 17 – Volume de horas de formação por carreira.....	35
Quadro 18 - Caraterização dos acidentes de trabalho .....	36
Quadro 19 - Evolução das doenças profissionais.....	38
Quadro 20 - Gabinete médico e de enfermagem .....	38
Quadro 21 - Evolução dos atos médicos e enfermagem.....	39
Quadro 22 - Encargos financeiros permanentes – Executado em 2018.....	40
Quadro 23 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2018 .....	41
Quadro 24 - Despesas de funcionamento – Executado em 2018.....	42
Quadro 25 - Proteção social – executado em 2018.....	43
Quadro 26 – Apoios Sociais e Subsídios de Estudo – executado em 2018.....	44
Quadro 27 – Valor de reembolsos efetuados pela seguradora (triénio).....	45
Quadro 28 - Atividade sindical .....	46
Quadro 29 - Representação no Conselho de Administração.....	47
Quadro 30 - Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR .....	48
Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes.....	48

Quadro 32 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa .....	49
Quadro 33 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração .....	49
Quadro 34 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral .....	49
Quadro 35 - Pessoal em exercício no Auditor Jurídico.....	50
Quadro 36 - Pessoal em exercício na Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) .....	51
Quadro 37 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz.....	51
Quadro 38- Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN .....	51

## ABREVIATURAS

<b>AHP</b>	Arquivo Histórico Parlamentar
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>BIB</b>	Biblioteca
<b>CACP</b>	Centro de Apoio ao Canal Parlamento
<b>CFBDPADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFPI</b>	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
<b>CFSIRP</b>	Conselho de Fiscalização dos Sistemas de Informação da República Portuguesa
<b>CIC-RP</b>	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
<b>CINF</b>	Centro de Informática
<b>CIP</b>	Cedência de interesse público
<b>CJP</b>	Conselho dos Julgados de Paz
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>CNPRP</b>	Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais
<b>CTP</b>	Contrato de trabalho parlamentar
<b>DAC</b>	Divisão de Apoio às Comissões
<b>DAF</b>	Direção Administrativa e Financeira
<b>DAP</b>	Direção de Apoio Parlamentar
<b>DAPAT</b>	Divisão de Aprovisionamento e Património
<b>DAPLEN</b>	Divisão de Apoio ao Plenário
<b>DE</b>	Divisão de Edições
<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira
<b>DIC</b>	Direção de Informação e Cultura
<b>DILP</b>	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
<b>DIT</b>	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
<b>DMC</b>	Divisão Museológica e para a Cidadania
<b>DP</b>	Divisão de Protocolo

<b>DRAA</b>	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
<b>DRHA</b>	Divisão de Recursos Humanos e Administração
<b>DRHF</b>	Divisão de Recursos Humanos e Formação
<b>DRI</b>	Divisão de Relações Internacionais
<b>DRIC</b>	Divisão de Relações Internacionais e Cooperação
<b>DRIPP</b>	Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
<b>DRPP</b>	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
<b>DSAF</b>	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
<b>DSATS</b>	Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
<b>DSDIC</b>	Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação
<b>DSI</b>	Divisão de Sistemas de Informação
<b>DTI</b>	Direção de Tecnologias e Informação
<b>EFP</b>	Estatuto dos Funcionários Parlamentares
<b>EPJ</b>	Equipa Parlamento dos Jovens
<b>GARIP</b>	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
<b>GC</b>	Gabinete de Comunicação
<b>GCA</b>	Gabinete de Controlo e Auditoria
<b>GCOE</b>	Gabinete de Controlo Orçamental Externo
<b>GME</b>	Gabinete Médico e de Enfermagem
<b>LOFAR</b>	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
<b>PREVP</b>	Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>UTAO</b>	Unidade Técnica de Apoio Orçamental